Bradesco Seguros

Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

O Mercado de Seguros

A Bradesco Vida e Previdência apresenta crescimento contínuo no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores, retribuindo a confiança de seus participantes e segurados e a sólida posição conquistada no mercado.

Manteve posição de destaque em receitas dos produtos de Previdência Complementar Aberta e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), participando com 27,90% do mercado e deteve 19,90% dos prêmios de seguros de Pessoas, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em dezembro de 2017.

A Bradesco Vida e Previdência, com base nos investimentos relativos aos planos de previdência e VGBL, deteve 25,88% do total do mercado, conforme divulgação pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), em dezembro de 2017.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar

A Bradesco Vida e Previdência apresentou, no exercício de 2017, Lucro Líquido de R$ 2,799 bilhões (R$ 3,123 bilhões no exercício de 2016). O Patrimônio Líquido somou R$ 5,341 bilhões, representando uma rentabilidade de 62,78% sobre o Patrimônio Líquido médio.

As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram no exercício de 2017 R$ 32,639 bilhões (R$ 30,734 bilhões no exercício de 2016). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R$ 6,516 bilhões (R$ 5,695 bilhões no exercício de 2016).

As Provisões Técnicas cresceram 12,83%, somando R$ 210,426 bilhões (R$ 186,502 bilhões em dezembro de 2016), e as aplicações financeiras 12,80%, atingindo R$ 216,469 bilhões (R$ 191,902 bilhões em dezembro de 2016).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Vida e Previdência, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Investimentos

Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado", "Disponível para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", conforme normas contábeis em vigor. De acordo com o disposto nas normas, a Bradesco Vida e Previdência S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Eventos Societários

Em 13 de abril de 2017, por meio de reunião de diretoria, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R$ 380.000 a Bradesco Seguros S.A., única acionista da sociedade oriundos do saldo da conta "Reserva Estatutária".

Em 28 de abril de 2017, foi deliberado a redução de capital no montante de R$ 307, passando de R$ 2.400.000 para R$ 2.399.693, mediante restituição à Bradesco Seguros S.A. com o investimento de propriedade da Companhia a valor contábil data base 24.02.2017, relativo a 307.172 cotas representativas de 1,30% do capital da BSP Empreendimentos Imobiliários R21 Ltda. pelo valor de R$ 307.

Em 30 de junho de 2017 foi deliberado, por meio de reunião de Diretoria, a distribuição de dividendos a Bradesco Seguros S.A., oriundos do saldo da conta "Reservas estatutárias" no montante de R$ 730.000, dos quais houve o pagamento de R$ 20.000 em 30.06.2017 e o saldo remanescente a pagar até 31 de dezembro de 2017.

Em 15 de setembro de 2017, por meio de reunião de Diretoria, foi deliberado a distribuição de dividendos a Bradesco Seguros S.A., oriundos do saldo da conta "Reservas estatutárias" no montante de R$ 400.000, dos quais houve o pagamento na mesma data.

Em 27 de dezembro de 2017 foi deliberado, por meio de reunião de Diretoria, o pagamento de dividendos a Bradesco Seguros S.A., no montante de R$ 1.540.000.

Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Inovações em Produtos e Serviços

A Bradesco Vida e Previdência busca inovar e aperfeiçoar continuamente o seu *portfólio* de produtos e serviços. No exercício de 2017, destacam-se os seguintes lançamentos:

- Produto de Previdência Complementar: Prev Classic 3 em 1, um plano de acumulação de recursos para o futuro. Adicionalmente, garante ao(s) beneficiário(s) indicado(s) um pecúlio, importância paga de uma só vez em caso de morte do segurado. Os recursos acumulados são investidos em um fundo de investimento de renda fixa; e
- Bradesco Seguro SPG Vida Rede: lançamento de produto empresarial designado para pequenas e médias empresas.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de risco assumidos com base nas compensações risco-retorno para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o aculturamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes. As sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco e Códigos de Conduta Ética Setoriais.

Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboram na administração da Bradesco Vida e Previdência: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros.

Controles Internos e *Compliance*

A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e *Compliance* do Grupo Bradesco Seguros. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativos pelos Órgãos Reguladores é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias até a respectiva implementação para o atendimento regulatório.

Ainda, em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Bradesco Vida e Previdência realiza tempestivamente testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e/ou com os principais *frameworks* de controles, como o *COSO* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT* (*Control Objetives for Information and Related Technology)*.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Vida e Previdência, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco Seguros. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Vida e Previdência coíbe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim a aderência às regulamentações vigentes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, as operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Bradesco Vida e Previdência está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Vida e Previdência. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nesta linha, são analisados normas e regulamentos de caráter interno e externo que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e de Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Premiações

Na edição inaugural do Estadão Finanças Mais, prêmio criado em 2017 pelo jornal O Estado de São Paulo, com o objetivo de reconhecer as empresas e instituições líderes do setor financeiro no Brasil, a Bradesco Vida e Previdência conquistou a categoria "Previdência". Foi também destaque na categoria "Vida".

A Bradesco Vida e Previdência sagrou-se campeã em "Vida e Previdência" na lista das "10 Mais" na pesquisa "100 Fornecedores para RH 2017", promovido pela revista Gestão e RH.

No Prêmio Segurador Brasil, promovido pela editora Brasil Notícias, a Bradesco Vida e Previdência conquistou a categoria "Líder Global de Mercado". O prêmio aponta os destaques com base na avaliação técnica dos números em prêmios obtidos pelas seguradoras no ano anterior.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 30 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		**181.968.283**	**162.796.149**
Disponível		**238.101**	**4.342**
Caixa e bancos		238.101	4.342
Aplicações	4	**181.116.556**	**162.114.978**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**267.631**	**213.958**
Prêmios a receber	6	260.671	205.600
Operações com seguradoras		6.090	6.818
Operações com resseguradoras	7	870	1.540
Outros créditos operacionais		**50.447**	**24.187**
Ativos de resseguro e retrocessão	7	**16.297**	**22.722**
Títulos e créditos a receber		**229.688**	**329.950**
Títulos e créditos a receber		221.048	322.338
Créditos tributários e previdenciários	8.a	8.246	7.328
Outros créditos		394	284
Despesas antecipadas		**2.017**	**777**
Custo de aquisição diferidos		**47.546**	**85.235**
Seguros	14.c	47.546	85.235
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**36.190.947**	**30.648.558**
Realizável a longo prazo		**35.916.346**	**30.401.697**
Aplicações	4	**35.352.751**	**29.787.454**
Outros créditos operacionais		**2.450**	**2.515**
Ativos de resseguro e retrocessão	7	**7.095**	**18.320**
Títulos e créditos a receber		**554.050**	**593.408**
Títulos e créditos a receber		-	100.789
Depósitos judiciais e fiscais	15.b	552.319	491.765
Outros créditos operacionais		1.731	854
Investimentos		**2.333**	**2.640**
Outros investimentos		2.333	2.640
Imobilizado		**7.929**	**9.398**
Bens móveis		855	1.440
Outras imobilizações		7.074	7.958
Intangível		**264.339**	**234.823**
Outros intangíveis	9	264.339	234.823
Total do ativo		**218.159.230**	**193.444.707**

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		**7.610.545**	**6.569.344**
Contas a pagar		**998.296**	**585.177**
Obrigações a pagar	10	124.487	108.914
Impostos e encargos sociais a recolher	11	98.968	103.775
Encargos trabalhistas		3.800	2.888
Impostos e contribuições	12	771.041	369.600
Débitos de operações com seguros e resseguros		**166.052**	**72.319**
Prêmios a restituir		1.661	2.513
Operações com seguradoras		7.598	9.486
Operações com resseguradoras	7.c	12.230	12.105
Corretores de seguros e resseguros		45.637	48.215
Outros débitos operacionais		98.926	-
Débitos de operações com previdência complementar		**3.558**	**-**
Outros débitos operacionais		3.558	-
Depósitos de terceiros	13	**349.765**	**96.227**
Provisões técnicas - Seguros	14.a	**4.558.516**	**4.258.802**
Danos		3.100	2.944
Pessoas		1.737.979	1.459.251
Vida individual		2.628.108	2.498.212
Vida com cobertura por sobrevivência		189.329	298.395
Provisões técnicas - Previdência complementar	14.a	**1.534.358**	**1.556.819**
Planos não bloqueados		1.319.353	1.382.677
PGBL/PRGP		215.005	174.142
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**205.207.605**	**181.485.623**
Contas a pagar		**18.762**	**106.658**
Tributos diferidos	8 b	18.762	106.658
Provisões técnicas - Seguros	14.a	**155.336.822**	**134.514.651**
Pessoas		2.134.618	2.301.731
Vida individual		3.194.480	2.460.877
Vida com cobertura de sobrevivência		150.007.724	129.752.043
Provisões técnicas - Previdência complementar	14.a	**48.996.213**	**46.171.582**
Planos não bloqueados		18.858.699	18.774.102
PGBL / PRGP		30.137.514	27.397.480
Outros débitos		**855.808**	**692.732**
Provisões judiciais	15.a	855.808	692.732
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	**5.341.080**	**5.389.740**
Capital social		2.399.693	2.400.000
Reservas de lucros		1.720.709	1.971.503
Ajustes de avaliação patrimonial		1.220.678	1.018.237
Total do passivo e patrimônio líquido		**218.159.230**	**193.444.707**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos		6.515.797	5.694.759
Contribuições para cobertura de riscos		1.605.973	1.315.512
Variações das provisões técnicas de prêmios		(2.908.288)	(2.055.288)
Prêmios ganhos	21.a	**5.213.482**	**4.954.983**
Sinistros ocorridos	21.b	(1.448.096)	(1.687.731)
Custos de aquisição	21.c	(933.800)	(837.058)
Outras receitas e despesas operacionais	21.d	(107.131)	(26.965)
Resultado com operações de resseguro	21.e	**(27.867)**	**5.764**
Receita com resseguro		(12.113)	20.437
Despesa com resseguro		(14.982)	(14.673)
Outros resultados com Resseguro		(772)	-
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**75.257**	**158.728**
Rendas de contribuições e prêmios	21.f	31.032.590	29.418.508
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(30.957.333)	(29.259.780)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	21.g	1.907.624	1.709.593
Variação de outras provisões técnicas		150.684	(82.867)
Custos de aquisição	21.c	(115.708)	(234.877)
Outras receitas e despesas operacionais	21.h	(317.429)	162.589
Despesas administrativas	21.i	(769.720)	(670.699)
Despesas com tributos	21.j	(365.294)	(358.284)
Resultado financeiro	21.k	**1.884.149**	**2.440.601**
Receitas financeiras		18.826.428	22.743.213
Despesas financeiras		(16.942.279)	(20.302.612)
Resultado operacional		**5.146.151**	**5.533.777**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**2.575**	**1.387**
Resultado antes dos impostos e participações		**5.148.726**	**5.535.164**
Imposto de renda	21.l	(1.272.511)	(1.324.621)
Contribuição social	21.l	(1.071.252)	(1.082.266)
Participações sobre o resultado		(5.757)	(4.913)
Lucro líquido do exercício		**2.799.206**	**3.123.364**
Quantidade de ações		**175.225**	**175.225**
Lucro líquido por ação - R$		**15.974,92**	**17.824,88**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	**2.799.206**	**3.123.364**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	501.577	1.398.692
Diferimento do Ajuste a valor justo de ativos financeiros reclassificados para categoria de mantidos até o vencimento	(164.174)	(121.810)
Efeito dos impostos	(134.962)	(510.753)
Total do resultado abrangente do exercício	**3.001.647**	**3.889.493**
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	3.001.647	3.889.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 *(Em milhares de reais)*

	2017	2016
Resultado antes dos impostos e participações	**5.148.726**	**5.535.164**
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	55.758	35.629
- Reversão/constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	201.543	9.491
- Despesas antecipadas	(1.240)	1.386
- Variação das provisões técnicas	1.318.652	2.259.829
- Atualização monetária depósitos judiciais	(29.374)	(39.768)
- Atualização monetária provisões técnicas	16.505.256	19.938.042
- Atualização monetária provisões judiciais	23.902	28.737
- Ativos de resseguros provisões técnicas	16.878	(8.948)
- Custo de aquisição diferidos	37.689	8.790
Lucro ajustado do exercício	**23.277.790**	**27.768.352**
Variações nas contas patrimoniais Aumento/(Redução):		
- Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(22.667.322)	(26.694.450)
- Créditos das operações de seguros e resseguros	(45.203)	276
- Créditos das operações de previdência complementar	-	5.878
- Outros créditos operacionais	(26.195)	(7.659)
- Títulos e créditos a receber	(40.247)	289.260
- Contas a pagar	6.570	(597.055)
- Débitos das operações de seguros e resseguros	93.733	1.373
- Débitos das operações de previdência	3.558	(1)
- Depósitos de terceiros	253.538	(11.551)
- Provisões técnicas	6.100.147	6.704.057
- Outros débitos	139.174	26.291
Caixa consumido pelas operações:	**(16.182.247)**	**(20.283.581)**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(1.182.507)	(1.459.852)
Contribuição social sobre o lucro pago	(983.322)	(1.141.478)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**4.929.714**	**4.883.441**
Atividades de Investimento		
- Aplicações - Títulos disponíveis para venda	(5.440.568)	(768.743)
- Aplicações - Títulos mantidos até o vencimento	3.541.015	(1.797.853)
- Ajustes com títulos e valores mobiliários (PL) - positivos	501.577	1.403.423
- Ajustes com títulos e valores mobiliários (PL) - negativos	(164.174)	(126.541)
- Aquisição/baixa de imobilizado	18	2.152
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(83.823)	(81.615)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(1.645.955)**	**(1.369.177)**
Atividades de Financiamento		
- Dividendos e juros sobre capital próprio pago	(3.050.000)	(3.555.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(3.050.000)**	**(3.555.000)**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**233.759**	**(40.736)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4.342	45.078
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	238.101	4.342
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**233.759**	**(40.736)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	**2.400.000**	**297.254**	**765.885**	**252.108**	**-**	**3.715.247**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	766.129	-	766.129
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.123.364	3.123.364
Dividendos antecipados conforme ata de 30.09.2016 (R$ 11.984,59 por ação)	-	-	-	-	(2.100.000)	(2.100.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R$ 656,30 por ação)	-	-	-	-	(115.000)	(115.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	156.169	752.195	-	(908.364)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.400.000**	**453.423**	**1.518.080**	**1.018.237**	**-**	**5.389.740**
Redução de capital:						
- Portaria SUSEP 558 de 13.09.2017	(307)	-	-	-	-	(307)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	202.441	-	202.441
Dividendos pagos (Conforme ata de reunião de diretoria de 13.04.2017; 30.06.2017 e 15.09.2017)	-	-	(1.510.000)	-	-	(1.510.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.799.206	2.799.206
Dividendos pagos conforme ata de 27.12.2017 (R$ 8.788,70 por ação)	-	-	-	-	(1.540.000)	(1.540.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	26.515	1.232.691	-	(1.259.206)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**2.399.693**	**479.938**	**1.240.771**	**1.220.678**	**-**	**5.341.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas e previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779 – Empresarial 18 Forte – Barueri - São Paulo.

O controlador direto da Companhia é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A..

A Companhia, por intermédio de subsidiárias e filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 31 de janeiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e, alterações observadas, serão reconhecidas no período observado e futuros. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 14 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 15 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

e. Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo

A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações e Fundos Imobiliários

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Título privados - Certificado de Depósitos Bancários, Depósitos a prazo em Garantia Especial, Nota Promissória, Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários, Depósitos a prazo de Garantia Especial, Notas Promissórias e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias uteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

Outros

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

***viii. Empréstimos* e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso.

No caso das recuperações de sinistros com seguro cedido, a constituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.

h. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento; 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

i. Ativos intangíveis

i. Softwares

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares,* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

j. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

k. Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas, e as despesas com agenciamentos realizados no período de doze meses.

l. *Impairment* de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

m. Provisões técnicas

i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE);

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas;

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência. A mudança de metodologia do cálculo de IBNR em dezembro de 2017, que antes era realizada através do cálculo de IBNP que considerava 16 semestres de desenvolvimento de sinistros, tem o objetivo de torná-lo mais adequado à carteira atual da Companhia. A mudança gerou uma redução de R$143 MM na provisão de IBNR, líquido de resseguro.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial;

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*) e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura;

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico;

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nas contribuições líquidas, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE);

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais;

As provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) vinculadas a seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs);

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados;

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement)* e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura;

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer. As projeções são realizadas através do teste de adequação do passivo (TAP);

A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro, que excede a rentabilidade mínima garantida dos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro;

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. A mudança de metodologia do cálculo de IBNR em 12/2017, que antes era realizada através de triângulos de *run-off* mensais, tem o objetivo de torná-lo mais adequado à carteira atual da Companhia. A mudança gerou uma redução de R$14 MM na provisão de IBNR líquido de resseguro;

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial;

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

iii. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Planos de Aposentadoria (PGBL e VGBL)	BR-EMS	0%	0% a 5%
Seguros de Pessoas e Coberturas de Risco	AT83 e CSO-58	3% a 6%	20% a 30%

iv. Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco (ETTJ) autorizadas pela SUSEP.

De acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, o teste deve ser segmentado em seguros de pessoas e danos. A Companhia opera somente com seguros de pessoas e, consequentemente, o cálculo foi realizado considerando os ramos que a Companhia opera de maneira conjunta.

Para os produtos de previdência complementar aberta, e vida com cobertura por sobrevivência, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

Os fluxos relativos a prêmios futuros não registrados na PPNG só foram incluídos no resultado quando o resultado do valor presente foi negativo.

A sinistralidade média projetada foi de 42% para os ramos Pessoas Individual e Coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da companhia gerados com informações a partir de janeiro de 2007.

O cálculo do Teste de Adequação dos Passivos (TAP) realizado para a data-base de dezembro de 2017, considerou a atualização da premissa de Taxa de Conversão em Renda (TCR) dos planos de previdência PGBL e VGBL com base na experiência histórica dos últimos 5 anos tal como definido pelo artigo 47 da Circular SUSEP 517/2015. Essa atualização da premissa da TCR, conjugada com a utilização das Estruturas a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) de dezembro/2017, autorizadas pela SUSEP, resultou em uma redução de aproximadamente R$ 278 milhões na provisão de despesas relacionadas (PDR) dos respectivos planos de previdência, uma vez que a PDR é calculada por meio das projeções realizadas no TAP.

O resultado do teste de adequação do passivo foi integralmente reconhecido no resultado, conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

continua

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

o. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM (empresa ligada) é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/15 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

q. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices\certificados\endossos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

O agenciamento das operações de seguros é diferido e apropriado ao resultado, de forma linear, pelo prazo de 12 meses.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 47– Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018.

A Administração, com base em sua avaliação, concluiu que não haverá impacto significativo em suas demonstrações contábeis. A SUSEP aprovou o CPC 47, conforme Circular SUSEP nº 561, emitida em dezembro de 2017.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB e CVM, por meio da Deliberação CVM 788/2017, aprovou o Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de Janeiro de 2019.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia.

Consideráveis investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se como objetivo elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos e garantir o foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advêm de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas bem como para fins de precificação e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade dos sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições a estruturação de modelos internos para Risco de Subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros, visando primar pelo balanceamento da carteira, e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM - *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com práticas atuariais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos Seguros de Vida e Previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios e contribuições de previdência:

Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2017

Região Geográfica	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Total
Sudeste	2.812.420	1.079.229	18.846.883	5.064.025	27.802.557
Sul	66.755	324.393	3.295.603	619.191	4.305.942
Nordeste	83.925	204.198	3.218.937	361.795	3.868.855
Centro-Oeste	34.469	98.872	1.639.000	349.245	2.121.586
Norte	20.118	54.158	859.603	121.541	1.055.420
Total	**3.017.687**	**1.760.850**	**27.860.026**	**6.515.797**	**39.154.360**

Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2016

Região Geográfica	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Total
Sudeste	1.836.791	894.646	19.225.224	4.474.884	26.431.545
Sul	57.650	262.537	2.972.950	507.845	3.800.982
Nordeste	83.829	147.434	2.978.083	323.728	3.533.074
Centro-Oeste	21.535	109.355	1.309.033	288.001	1.727.924
Norte	22.270	56.649	756.034	100.301	935.254
Total	**2.022.075**	**1.470.621**	**27.241.324**	**5.694.759**	**36.428.779**

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros da Companhia não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade (*Improvement*)	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

Seguros de Vida com Cobertura de Sobrevivência, Previdência e Seguros de Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2017.

O teste de sensibilidade foi efetuado considerando as mesmas bases do teste do TAP com variação nas premissas listadas abaixo:

	Taxas de juros	*Improvement*	Conversão em renda
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Variação de -5%	0,2 pontos percentuais	5 pontos percentuais
Planos Tradicionais (fase de contribuição)	(60.733)	(5.057)	(21.691)
PGBL/VGBL (fase de contribuição)	(5.446)	(504)	(18.409)
Todos os planos (fase de concessão)	(112.782)	(35.507)	-
Total	**(178.961)**	**(41.068)**	**(40.100)**

Seguros de Pessoas, exceto Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2017.

Para os seguros de Pessoas, a tabela abaixo apresenta o impacto no Resultado e Patrimônio Líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros de Vida	(25.025)	(24.942)

c. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte do total da carteira de investimentos está concentrada em títulos de renda fixa público e operações compromissadas com lastro em título público federal como demonstrado abaixo:

	2017								
Aplicações/*Rating*	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem *rating*	Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
Valor justo por meio do resultado	**170.295.497**	**4.299.139**	**2.863.179**	**68.100**	**99.015**	**92.780**	**373.679**	**1.281.702**	**179.373.091**
Título de renda fixa privado	12.713.590	4.299.139	2.863.179	68.100	99.015	92.780	373.679	-	20.509.482
Título de renda fixa público	157.581.907	-	-	-	-	-	-	-	157.581.907
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.281.702	1.281.702
Disponíveis para a venda	**14.248.062**	**-**	**91.769**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.716.401**	**16.056.232**
Título de renda fixa privado	6.755	-	91.769	-	-	-	-	-	98.524
Título de renda fixa público	14.241.307	-	-	-	-	-	-	-	14.241.307
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.716.401	1.716.401
Mantidos até o vencimento	**21.039.984**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.039.984**
Título de renda fixa privado	85.935	-	-	-	-	-	-	-	85.935
Título de renda fixa público	20.954.049	-	-	-	-	-	-	-	20.954.049
Total	**205.583.543**	**4.299.139**	**2.954.948**	**68.100**	**99.015**	**92.780**	**373.679**	**2.998.103**	**216.469.307**

continua

Aplicações/*Rating*	AAA	AA	A	BB	B	C	Sem *rating*	Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
	2016								
Valor justo por meio do resultado	**149.301.083**	**3.765.252**	**1.177.244**	**65.481**	**662.555**	**929**	**537.224**	**1.196.001**	**156.705.769**
Título de renda fixa privado	22.017.981	3.765.252	1.177.244	65.481	662.555	929	537.224	-	28.226.666
Título de renda fixa público	127.283.102	-	-	-	-	-	-	-	127.283.102
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.196.001	1.196.001
Disponíveis para a venda	**8.797.480**	**-**	**89.328**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.728.856**	**10.615.664**
Título de renda fixa público	8.793.145	-	-	-	-	-	-	-	8.793.145
Título de renda fixa privado	4.335	-	89.328	-	-	-	-	-	93.663
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.728.856	1.728.856
Mantidos até o vencimento	**24.580.999**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.580.999**
Título de renda fixa público	24.486.014	-	-	-	-	-	-	-	24.486.014
Título de renda fixa privado	94.985	-	-	-	-	-	-	-	94.985
Total	**182.679.562**	**3.765.252**	**1.266.572**	**65.481**	**662.555**	**929**	**537.224**	**2.924.857**	**191.902.432**

A Administração classificou os títulos públicos na categoria AAA uma vez que a contraparte é o Governo Federal.
Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 1 a 6 meses	2.885.534	1.529.800
Fluxo de 6 a 12 meses	1.120.302	583.361
Fluxo de 12 a 60 meses	19.947.632	8.912.430
Fluxo acima de 60 meses	47.909.717	34.726.654
	71.863.185	**45.752.245**

(i) Contempla aplicações, créditos com operações de seguros, resseguros e ativos de resseguro. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Contempla provisões técnicas, contas a pagar e débitos das operações com seguros e resseguros;
As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados nos fluxos os planos de previdência de PGBL´s e VGBL´s.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Cenário	
Fator de Risco	**Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços**
Índice Bovespa em pontos	75.638
Taxa Pré-fixada de 1 ano	6,88%
Cupom de IPCA de 1 ano	2,80%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

	Fatores de risco				
Período	**Taxa de juros**	**Índices de preços**	**Renda variável**	**Total sem correlação**	**Total com correlação**
Dezembro/2017	(497)	(6.427)	(5.907)	(12.831)	(10.615)
Impacto sobre as exposições sujeitas à:	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2017	%	2016	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	**179.373.091**	**82,86**	**156.705.769**	**81,66**
Quotas de fundos especialmente constituídos	177.879.999	82,17	155.204.629	80,88
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	1.465.960	0,68	1.469.969	0,76
Fundos de investimentos de terceiros	27.132	0,01	31.171	0,02
Títulos disponíveis para venda	**16.056.232**	**7,42**	**10.615.664**	**5,53**
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	9.625.189	4,45	5.822.289	3,03
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	4.132.184	1,91	2.957.055	1,54
Títulos de renda variável - ações	1.716.401	0,79	1.728.856	0,90
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	475.810	0,22	-	-
Títulos de renda fixa - debêntures	95.064	0,04	91.311	0,05
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - depósito judicial	11.584	0,01	16.153	0,01
Títulos mantidos até o vencimento	**21.039.984**	**9,72**	**24.580.999**	**12,81**
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	15.319.732	7,08	18.517.231	9,65
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	5.647.683	2,61	5.983.656	3,12
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	72.569	0,03	80.112	0,04
	216.469.307	**100,00**	**191.902.432**	**100,00**

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ valor justo	Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo
	2017						
Títulos a valor justo por meio do resultado	**13.726.173**	**5.624.643**	**3.567.520**	**156.454.755**	**179.373.091**	**171.662.041**	**7.711.050**
Letras financeiras do tesouro	-	1.763.642	2.292.269	50.855.247	54.911.158	54.476.111	435.047
Notas do tesouro nacional	32.203	-	138.808	53.703.980	53.874.991	49.592.468	4.282.523
Letras do tesouro nacional	13.943	-	264.137	48.517.678	48.795.758	46.181.095	2.614.663
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	8.998.352	-	-	-	8.998.352	8.998.352	-
Letras financeiras de emissores privados	182.029	3.609.163	590.813	578.595	4.960.600	4.890.382	70.218
Debêntures	-	182.615	281.493	2.582.257	3.046.365	2.778.153	268.212
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	2.913.972	-	-	-	2.913.972	2.913.972	-
Ações	1.281.702	-	-	-	1.281.702	1.281.702	-
Quotas de fundos de investimento	185.666	-	-	-	185.666	185.666	-
Certificado de depósito bancário	16.032	69.223	-	39.689	124.944	103.621	21.323
Notas comerciais	-	-	-	170.733	170.733	151.764	18.969
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	102.274	-	-	-	102.274	102.274	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	6.576	6.576	6.481	95
Títulos disponíveis para venda	**1.719.861**	**-**	**10.239**	**14.326.132**	**16.056.232**	**14.631.172**	**1.425.060**
Notas do tesouro nacional	-	-	-	13.753.913	13.753.913	12.563.754	1.190.159
Ações (ii)	1.716.401	-	-	-	1.716.401	1.492.447	223.954
Letras do tesouro nacional	-	-	-	475.810	475.810	473.636	2.174
Debêntures	-	-	-	95.064	95.064	86.291	8.773
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	10.239	1.345	11.584	11.584	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	2.387	-	-	-	2.387	2.387	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	1.073	-	-	-	1.073	1.073	-
Títulos mantidos até o vencimento	**13.365**	**-**	**-**	**21.026.619**	**21.039.984**	**21.039.984**	**-**
Notas do tesouro nacional	-	-	-	20.954.049	20.954.049	20.954.049	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	72.570	72.570	72.570	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (iii)	13.365	-	-	-	13.365	13.365	-
Total	**15.459.399**	**5.624.643**	**3.577.759**	**191.807.506**	**216.469.307**	**207.333.197**	**9.136.110**
	2016						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ valor justo**	**Valor atualizado (i)**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**15.391.636**	**3.026.699**	**4.743.756**	**133.543.678**	**156.705.769**	**153.292.597**	**3.413.172**
Letras financeiras do tesouro	-	-	130.665	56.131.685	56.262.350	56.360.737	(98.387)
Notas do tesouro nacional	3.176	43.597	-	39.299.445	39.346.218	37.039.352	2.306.866
Letras do tesouro nacional	3.233	-	52.041	31.619.260	31.674.534	30.446.039	1.228.495
Letras financeiras de emissores privados	577.932	2.935.655	4.245.222	4.067.144	11.825.953	11.800.954	24.999
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	7.843.797	-	-	-	7.843.797	7.843.797	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	5.487.992	-	-	-	5.487.992	5.487.992	-
Debêntures	-	47.200	209.154	2.356.746	2.613.100	2.662.840	(49.740)
Ações	1.196.001	-	-	-	1.196.001	1.196.001	-
Quotas de fundos de investimento	194.155	-	-	-	194.155	194.155	-
Depósito em garantia especial	-	-	106.674	-	106.674	105.653	1.021
Notas comerciais	74.241	-	-	61.020	135.261	135.259	2
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	11.109	-	-	-	11.109	11.109	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	8.378	8.378	8.462	(84)
Cédula de crédito bancário	-	247	-	-	247	247	-
Títulos disponíveis para venda	**1.729.959**	**-**	**42.898**	**8.842.807**	**10.615.664**	**9.692.179**	**923.485**
Notas do tesouro nacional	-	-	42.898	8.734.094	8.776.992	7.889.825	887.167
Ações (ii)	1.728.856	-	-	-	1.728.856	1.691.946	36.910
Debêntures	-	-	-	91.311	91.311	91.899	(588)
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	-	16.153	16.153	16.157	(4)
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	1.103	-	-	1.249	2.352	2.352	-
Títulos mantidos até o vencimento	**14.873**	**-**	**3.621.479**	**20.944.647**	**24.580.999**	**24.580.999**	**-**
Notas do tesouro nacional	-	-	3.621.479	20.864.535	24.486.014	24.486.014	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	80.112	80.112	80.112	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (iii)	11.526	-	-	-	11.526	11.526	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (iii)	3.347	-	-	-	3.347	3.347	-
Total	**17.136.468**	**3.026.699**	**8.408.133**	**163.331.132**	**191.902.432**	**187.565.775**	**4.336.657**

i. Em função da capacidade financeira da Companhia e, conforme facultado pela norma em vigor, a Administração decidiu no exercício de 2013 pela reclassificação do montante de R$15.136.703, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A mais valia no montante de R$1.053.682, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O saldo amortizado até o momento foi de R$444.278, sendo que o saldo remanescente a amortizar é de R$609.404 (R$773.578 em 2016).

ii. Durante o exercício foram realizadas vendas de ações classificadas como disponíveis para venda, no montante de R$4.175.675 (R$5.240.194 em 2016), o que representou a realização da mais valia no montante de R$231.513 (R$371.926 em 2016). Considerando a política adotada pela Companhia para caracterização de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda, foi reconhecida no resultado a despesa, líquida de tributos, no montante de R$1.901 mil (R$15.112 mil em 2016).

iii. Referem-se ao movimento do fluxo de caixa dos FIEs, classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", decorrente de recebimento de cupons efetuados no exercício.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2017	2016
Total das provisões técnicas	**210.425.909**	**186.501.854**
Parcela correspondente a resseguros contratados (nota 7)	**9.867**	**26.321**
Total a ser coberto (A)	**210.416.042**	**186.475.533**
Quotas de fundos especialmente constituídos	177.879.999	155.204.629
Quota de fundos de investimentos	21.002.452	22.129.810
Títulos públicos	17.475.879	13.269.915
Ações	1.716.401	1.728.856
Títulos privados	164.338	169.440
Total dado em cobertura (B)	**218.239.069**	**192.502.650**
Suficiência (B) - (A)	**7.823.027**	**6.027.117**

d. Hierarquia do valor justo

As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31/12/2017			31/12/2016		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**158.863.609**	**20.509.482**	**179.373.091**	**128.479.103**	**28.226.666**	**156.705.769**
Letras financeiras do tesouro	54.911.158	-	54.911.158	56.262.350	-	56.262.350
Notas do tesouro nacional	53.874.991	-	53.874.991	39.346.218	-	39.346.218
Letras do tesouro nacional	48.795.758	-	48.795.758	31.674.534	-	31.674.534
Letras financeiras	-	4.960.600	4.960.600	-	11.825.953	11.825.953
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	102.274	102.274	-	7.843.797	7.843.797
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	2.913.972	2.913.972	-	5.487.992	5.487.992
Debêntures	-	3.046.365	3.046.365	-	2.613.100	2.613.100
Ações	1.281.702	-	1.281.702	1.196.001	-	1.196.001
Quotas de fundos de investimentos	-	185.666	185.666	-	194.155	194.155
Depósito em garantia especial	-	-	-	-	106.674	106.674
Notas comerciais	-	170.733	170.733	-	135.261	135.261
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	-	8.998.352	8.998.352	-	11.109	11.109
Certificado de recebíveis imobiliários	-	6.576	6.576	-	8.378	8.378
Cédula de crédito bancário	-	-	-	-	247	247
Certificados de depósitos bancários	-	124.944	124.944	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	**15.957.708**	**98.524**	**16.056.232**	**10.522.001**	**93.663**	**10.615.664**
Notas do tesouro nacional	13.753.913	-	13.753.913	8.776.992	-	8.776.992
Ações	1.716.401	-	1.716.401	1.728.856	-	1.728.856
Letras do tesouro nacional	475.810	-	475.810	-	-	-
Debêntures	-	95.064	95.064	-	91.311	91.311
Letras financeiras do tesouro - judiciais	11.584	-	11.584	16.153	-	16.153
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	1.073	1.073	-	2.352	2.352
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	2.387	2.387	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento (i)	**24.199.816**	**88.934**	**24.288.750**	**26.605.508**	**95.352**	**26.700.860**
Notas do tesouro nacional	24.199.816	-	24.199.816	26.605.508	-	26.605.508
Certificados de recebíveis imobiliários	-	75.569	75.569	-	80.479	80.479
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	-	-	-	11.526	11.526
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	13.365	13.365	-	3.347	3.347
Total	**199.021.133**	**20.696.940**	**219.718.073**	**165.606.612**	**28.415.681**	**194.022.293**

(i) Refere-se ao valor justo na data-base indicada.

continua

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). No exercício, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "Disponível para Venda" e os fundos de investimentos especialmente constituídos (PGBL/VGBL), atingiu 84,49% no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 6,41%, 8,76% PRÉ (títulos pré-fixados) e 100% da Selic (títulos pós-fixados).

f. Movimentação das aplicações financeiras

2017	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantido até o vencimento (i)	Total
Saldo Inicial em 1º janeiro	**156.705.769**	**10.615.664**	**24.580.999**	**191.902.432**
(+) Aplicações	35.112.972	8.822.854	-	43.935.826
(-) Resgates	(27.867.272)	(4.794.671)	(5.144.654)	(37.806.597)
(+) Rendimentos	15.421.622	913.976	1.603.639	17.939.237
(+/-) Ajuste a valor justo	-	501.577	-	501.577
Impairment de ações	-	(3.168)	-	(3.168)
Saldo Final em 31 dezembro	**179.373.091**	**16.056.232**	**21.039.984**	**216.469.307**

2016	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantido até o vencimento (i)	Total
Saldo Inicial em 1º janeiro	**130.011.319**	**9.846.921**	**22.783.146**	**162.641.386**
(+) Aplicações	31.720.858	7.646.500	188.649	39.556.007
(-) Resgates	(22.349.743)	(9.642.968)	(1.592.354)	(33.585.065)
(+) Rendimentos	17.323.335	1.381.631	3.201.558	21.906.524
(+/-) Ajuste a valor justo	-	1.398.692	-	1.398.692
Impairment de ações	-	(15.112)	-	(15.112)
Saldo Final em 31 dezembro	**156.705.769**	**10.615.664**	**24.580.999**	**191.902.432**

(i) As movimentações realizadas na categoria mantidos até o vencimento, correspondem ao vencimento dos títulos e ao fluxo de recebimento de cupons dos ativos financeiros.

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em, 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizados nas carteiras e fundos de investimentos da Seguradora desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista; não podendo, todavia, gerar cumulativamente com as posições detidas à vista, exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido de cada fundo de investimento.

No caso dos contratos futuros de DI, DAP e opções de juros IDI, realizamos operações de síntese de posição do mercado à vista e proteção contra os efeitos da variação dos preços das Letras do Tesouro Nacional e das Notas do Tesouro Nacional (séries F e B). No caso dos contratos de opções sobre taxa de câmbio de Reais por Dólar Comercial buscamos mitigar riscos da variação de preço à esta moeda. No caso dos contratos futuros de Brasil Bolsa e Balcão (B3) buscamos refletir à variação do preço das ações quando relacionados com operações compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2017 o diferencial a pagar/receber registrado em conta de passivo dos fundos totalizava R$143.682 (R$14.153 em 2016), conforme demonstrativo a abaixo:

2017					
Fundo de investimento exclusivo	**Compromisso**	**Prazo de realização**	**Quantidade**	**Valor de Referência**	**Ajuste**
Futuro DI	Compra	De 1 a 5 anos	2.084	194.279	14
	Venda	De 1 a 5 anos	1.515	(138.029)	(44)
		Total	**3.599**	**56.250**	**(30)**
Fundo de investimento vinculado PGBL/VGBL	**Compromisso**	**Prazo de realização**	**Quantidade**	**Valor de Referência**	**Ajuste**
Futuro Cupom IPCA	Compra	De 0 a 12 meses	300	36.042	9
	Compra	De 1 a 5 anos	395	46.450	25
	Compra	Acima de 5 anos	90	7.153	(2)
	Venda	De 0 a 12 meses	1.379	(166.997)	(18)
	Venda	De 1 a 5 anos	4.786	(559.818)	(317)
	Venda	Acima de 5 anos	65	(5.069)	4
		Subtotal	**7.015**	**(642.239)**	**(299)**
Futuro Cupom Cambial	Compra	De 0 a 12 meses	164	27.057	19
	Venda	De 1 a 5 anos	180	(27.159)	52
		Subtotal	**344**	**(102)**	**71**
Futuro de Ibovespa	Compra	De 0 a 12 meses	232	17.847	43
	Venda	De 0 a 12 meses	355	(27.279)	(130)
		Subtotal	**587**	**(9.432)**	**(87)**
Futuro DI	Compra	De 0 a 12 meses	37.553	3.644.930	67
	Venda	De 1 a 5 anos	114.660	10.600.424	1.862
	Venda	Acima de 5 anos	2.399	131.266	699
	Venda	De 0 a 12 meses	11.399	(1.112.800)	(70)
	Venda	De 1 a 5 anos	657.961	(52.022.564)	(54.236)
	Venda	Acima de 5 anos	374.670	(20.686.171)	(91.659)
		Subtotal	**1.198.642**	**(59.444.915)**	**(143.337)**
Opção de DI	Venda	De 1 a 5 anos	1.898	(728)	-
		Subtotal	**1.898**	**(728)**	**-**
Opção de Dólar	Compra	De 0 a 12 meses	275	1	-
	Venda	De 0 a 12 meses	82	1	-
		Subtotal	**357**	**2**	**-**
		Total	**1.208.843**	**(60.097.414)**	**(143.652)**
		Total Geral	**1.212.442**	**(60.041.164)**	**(143.682)**

2016					
Fundo de investimento exclusivo	**Compromisso**	**Prazo de realização**	**Quantidade**	**Valor de Referência**	**Ajuste**
Futuro DI	Compra	De 1 a 5 anos	1.320	46.534	16
	Compra	Acima de 5 anos	1.070	21.762	(1)
	Venda	De 1 a 5 anos	200	(9.174)	-
		Total	**2.590**	**59.122**	**15**
Fundo de investimento vinculado PGBL/VGBL	**Compromisso**	**Prazo de realização**	**Quantidade**	**Valor de Referência**	**Ajuste**
Futuro Cupom IPCA	Compra	De 0 a 12 meses	255	6	(27)
	Compra	De 1 a 5 anos	84	2	(4)
	Venda	De 1 a 5 anos	2.465	(54)	(249)
		Subtotal	**2.804**	**(46)**	**(280)**
Futuro de Ibovespa	Compra	De 0 a 12 meses	184	11.238	70
	Venda	De 0 a 12 meses	160	(9.774)	(61)
		Subtotal	**344**	**1.464**	**9**
Futuro DI	Compra	De 0 a 12 meses	10.104	991.647	(31)
	Venda	De 1 a 5 anos	52.289	4.407.833	(98)
	Venda	Acima de 5 anos	766	33.711	(1)
	Venda	De 0 a 12 meses	1.711	(164.294)	3
	Venda	De 1 a 5 anos	433.800	(31.506.968)	(12.745)
	Venda	Acima de 5 anos	303.355	(13.888.712)	(1.017)
		Subtotal	**802.025**	**(40.126.783)**	**(13.889)**
Fundo Dólar	Compra	De 0 a 12 meses	50	8.191	(28)
		Subtotal	**50**	**8.191**	**(28)**
Fundo Dólar Canadense	Venda	De 0 a 12 meses	20	(2.894)	10
		Subtotal	**20**	**(2.894)**	**10**
Fundo Dólar Australiano	Venda	De 0 a 12 meses	20	(2.818)	10
		Subtotal	**20**	**(2.818)**	**10**
Opção de Dólar	Compra	De 0 a 12 meses	100	42	-
		Subtotal	**100**	**42**	**-**
		Total	**805.363**	**(40.122.844)**	**(14.168)**
		Total Geral	**807.953**	**(40.063.722)**	**(14.153)**

Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizados nas carteiras e fundos de investimento da Seguradora, tem por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido à contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

6 Prêmios a receber

a. Ramos de seguros

	2017	2016
Vida em grupo	77.205	70.894
Prestamista	87.490	39.538
Dotal misto	80.104	86.204
Acidentes pessoais	27.304	30.939
Viagem	16.178	-
Eventos aleatórios	11.085	13.795
Vida individual	11.026	9.276
Outros	3.011	6.639
Redução ao valor recuperável	(52.732)	(51.685)
Total	**260.671**	**205.600**

b. Faixas de vencimento

	2017	2016
A vencer		
Até 30 dias	202.427	142.487
De 31 a 120 dias	3.750	3.232
Acima de 121 dias	3	24
Total a vencer	**206.180**	**145.743**
Vencidos:		
Até 30 dias	50.178	46.040
De 31 a 120 dias	32.275	46.677
Acima de 121 dias	24.770	18.825
Total vencidos	**107.223**	**111.542**
Subtotal	**313.403**	**257.285**
Redução ao valor recuperável	(52.732)	(51.685)
Total	**260.671**	**205.600**

c. Movimentação dos prêmios a receber

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro (*)	**184.448**	**153.123**
(+) Prêmios emitidos	7.100.750	6.146.880
(+) IOF	8.590	10.608
(-) Prêmios cancelados	(608.191)	(539.499)
(-) Recebimentos	(6.456.073)	(5.591.787)
Constituição de provisão para perda	(1.047)	5.123
Saldo em 31 de dezembro (*)	**228.477**	**184.448**

(*) Não contempla os prêmios de riscos vigentes não emitidos e prêmios de cosseguro aceito no montante de R$32.194 (R$21.152 em 2016).

7 Ativos de resseguro e operações com resseguro

a. Composição

	2017	2016
Ativos de Resseguro	**23.392**	**41.042**
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	4.169	24.754
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	13.525	14.721
Provisão de sinistros a liquidar	5.698	1.567
Operações com Resseguro	**870**	**1.540**
Sinistros a recuperar	1.642	1.540
Redução ao valor recuperável	(772)	-
Total	**24.262**	**42.582**

b. Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguro

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	**42.582**	**47.021**
Reversão/Constituição de provisões	(14.790)	19.164
Sinistros recuperados	(4.833)	(10.259)
Atualização monetária de sinistros	1.972	43
Outras movimentações	(669)	(13.387)
Saldo em 31 de dezembro	**24.262**	**42.582**

c. Composição por ressegurador

2017						
Resseguradores	**Categoria**	**Prêmio cedido (nota 21e)**	**Prêmios a liquidar**	**Recuperação de sinistros (nota 21e)**	**Sinistros a recuperar**	**Sinistros a liquidar**
IRB Brasil Resseguros	Local	13.786	12.230	8.471	1.642	5.698
		13.786	**12.230**	**8.471**	**1.642**	**5.698**

2016						
Resseguradores	**Categoria**	**Prêmio cedido (nota 21e)**	**Prêmios a liquidar**	**Recuperação de sinistros (nota 21e)**	**Sinistros a recuperar**	**Sinistros a liquidar**
IRB Brasil Resseguros	Local	18.568	12.105	9.649	1.540	1.567
		18.568	**12.105**	**9.649**	**1.540**	**1.567**

8 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2017	2016
Impostos a compensar	2.780	2.359
Finsocial	568	516
INSS - aviso prévio	1.196	1.088
ILL	3.702	3.365
Total	**8.246**	**7.328**

b. Tributos diferidos líquidos

	2017	2016
Créditos tributários diferidos c.(i)	874.062	643.852
Tributos diferidos c.(ii)	(892.824)	(750.510)
Total	**(18.762)**	**(106.658)**

c. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação de créditos tributários diferidos

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisões judiciais - cíveis	144.565	83.827	(39.075)	189.317
Provisões para riscos de crédito	335.905	145.387	(2.055)	479.237
Provisões judiciais - fiscais	134.468	16.505	-	150.973
Provisões para desvalorização/*impairment*	20.567	-	(7.109)	13.458
Provisões judiciais - trabalhistas	3.490	3.708	(793)	6.405
Outros	4.857	29.906	(91)	34.672
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**643.852**	**279.333**	**(49.123)**	**874.062**

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisões judiciais - cíveis	142.930	51.069	(49.434)	144.565
Provisões para riscos de crédito	373.144	-	(37.239)	335.905
Provisões judiciais - fiscais	115.143	19.515	(190)	134.468
Provisões para desvalorização/*impairment*	135.188	6.224	(120.845)	20.567
Provisões judiciais - trabalhistas	4.247	1.355	(2.112)	3.490
Outros	4.339	4.590	(4.072)	4.857
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**774.991**	**82.753**	**(213.892)**	**643.852**

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda	678.825	715.615	(580.654)	813.786
Atualização de depósito judicial	71.685	10.218	(2.865)	79.038
Total	**750.510**	**725.833**	**(583.519)**	**892.824**

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda	168.072	1.087.333	(576.580)	678.825
Atualização de depósito judicial	59.351	12.429	(95)	71.685
Total	**227.423**	**1.099.762**	**(576.675)**	**750.510**

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2018	76.686	48.596	125.282
2019	54.046	34.107	88.153
2020	44.740	28.086	72.826
2021	38.836	24.303	63.139
2022 em diante	326.418	198.244	524.662
Total	**540.726**	**333.336**	**874.062**

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários monta a R$803.836 (R$574.320 em 2016).

9 Ativos intangíveis

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	**234.823**	**187.272**
Desenvolvimento interno	83.823	81.615
Amortização	(54.307)	(34.064)
Saldo em 31 de dezembro	**264.339**	**234.823**

10 Obrigações a pagar

	2017	2016
Participação nos lucros a pagar	5.892	4.730
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	5.338	1.812
Fornecedores	31.566	15.576
Pagamentos a efetuar	3.251	2.754
Outras obrigações	78.440	84.042
Total	**124.487**	**108.914**

11 Impostos e encargos sociais a recolher

	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte a recolher	87.499	93.076
Imposto sobre serviços a recolher	5.119	3.979
Impostos sobre operações financeiras	2.708	1.966
Contribuições previdenciarias	1.150	2.587
Pis/Cofins/CSLL de terceiros	1.023	854
Outros impostos e encargos a recolher	1.469	1.313
Total	**98.968**	**103.775**

12 Impostos e contribuições a pagar

	2017	2016
Imposto de renda	313.820	72.261
Contribuição social	436.594	265.531
COFINS	17.744	27.362
PIS	2.883	4.446
Total	**771.041**	**369.600**

13 Depósitos de terceiros

2017	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	24.448	6.591	-	31.039
Prêmios e emolumentos	60.600	7.146	4.700	72.446
Previdência complementar	243.891	1.613	776	246.280
Total	**328.939**	**15.350**	**5.476**	**349.765**

2016	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	19.029	3.475	-	22.504
Prêmios e emolumentos	38.387	7.409	3.877	49.673
Outros	24.050	-	-	24.050
Total	**81.466**	**10.884**	**3.877**	**96.227**

14 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a. Composição

2017	VGBL	PGBL	Tradicionais	Vida	Total
Provisão matemática de benefícios a conceder	149.828.450	28.051.280	12.379.887	4.698.148	194.957.765
Provisão matemática de benefícios concedidos	180.817	2.079.025	6.488.682	-	8.748.524
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	166.084	11.349	55.551	1.804.022	2.037.006
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	53.091	890.414	943.505
Provisão complementar de cobertura	11.525	42.116	510.985	282.966	847.592
Provisão de sinistros a liquidar - judicial	-	3.301	42.133	938.565	983.999
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo	-	646	26.293	405.357	432.296
Provisão de excedente financeiro	183	437	507.782	31	508.433
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	7.457	512.554	520.011
Provisão de despesas relacionadas	9.994	164.365	106.191	146.034	426.584
Provisão para excedente técnico	-	-	-	20.194	20.194
Total das provisões	**150.197.053**	**30.352.519**	**20.178.052**	**9.698.285**	**210.425.909**

2016	VGBL	PGBL	Tradicionais	Vida	Total
Provisão matemática de benefícios a conceder	129.739.809	25.464.820	12.159.209	3.999.244	171.363.082
Provisão matemática de benefícios concedidos	167.754	1.811.288	6.392.914	-	8.371.956
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	130.531	11.847	50.408	1.540.293	1.733.079
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	83.390	1.057.838	1.141.228
Provisão complementar de cobertura	-	-	685.709	213.408	899.117
Provisão de sinistros a liquidar - judicial	-	9.308	50.269	984.517	1.044.094
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo	-	288	30.571	391.286	422.145
Provisão de excedente financeiro	110	614	552.798	32	553.554
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	7.284	341.802	349.086
Provisão de despesas relacionadas	12.234	273.457	144.227	175.077	604.995
Provisão para excedente técnico	-	-	-	19.518	19.518
Total das provisões	**130.050.438**	**27.571.622**	**20.156.779**	**8.723.015**	**186.501.854**

b. Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência

i. Seguros - Vida e Previdência - Planos Tradicionais de Risco

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	**16.037.030**	**14.503.217**
(-) Retrocessões	(2.944)	(3.437)
Subtotal em 1º de janeiro	**16.034.086**	**14.499.780**
Constituição	9.367.198	7.921.935
Reversão	(6.618.577)	(5.774.336)
Sinistros avisados	1.418.016	1.436.219
Sinistros, benefícios e resgates pagos	(3.432.053)	(3.372.263)
Atualização monetária e juros de sinistros	671.831	1.322.751
Subtotal em 31 de dezembro	**17.440.501**	**16.034.086**
(+) Retrocessões	3.100	2.944
Saldo em 31 de dezembro	**17.443.601**	**16.037.030**

ii. Seguros - Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	**130.050.438**	**106.248.597**
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	27.793.607	27.101.333
Pagamento de benefícios	(25.602)	(45.740)
Pagamento de resgates	(18.100.291)	(16.246.503)
Atualização monetária e juros	12.648.221	14.124.761
Portabilidades	(1.884.970)	(1.297.560)
Outras movimentações	(284.350)	165.550
Saldo em 31 de dezembro	**150.197.053**	**130.050.438**

iii. Previdência - PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	**40.414.386**	**36.848.112**
Recebimento de contribuições líquidas de carregamento	3.156.228	2.159.572
Pagamento de benefícios	(709.431)	(667.890)
Pagamento de resgates	(2.582.310)	(2.224.452)
Atualização monetária e juros	3.185.204	4.490.530
Portabilidades	(351.499)	(214.899)
Outras movimentações	(327.323)	23.413
Saldo em 31 de dezembro	**42.785.255**	**40.414.386**

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	Vida Agenciamento	
	2017	**2016**
Saldo em 1º de janeiro	**85.235**	**94.025**
Constituição	56.796	95.856
Apropriação	(94.485)	(104.646)
Saldo em 31 de dezembro	**47.546**	**85.235**

continua

d. *Aging* de sinistros judiciais

	2017			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Provisão de sinistros a liquidar	150.203	409.512	424.284	983.999
Total	**150.203**	**409.512**	**424.284**	**983.999**
	2016			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Provisão de sinistros a liquidar	141.622	549.656	352.816	1.044.094
Total	**141.622**	**549.656**	**352.816**	**1.044.094**

e. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	778.085	819.262	885.177	997.287	1.183.335	1.228.706	1.303.216	1.326.708	1.412.469	1.490.848	1.537.085	-
Um ano após o aviso	766.642	829.831	909.937	1.006.142	1.180.974	1.219.349	1.295.014	1.369.187	1.422.978	1.488.232	-	-
Dois anos após o aviso	772.788	845.582	926.808	1.012.326	1.181.021	1.229.698	1.323.076	1.364.170	1.400.709	-	-	-
Três anos após o aviso	776.168	841.047	920.827	1.002.115	1.189.830	1.229.695	1.305.603	1.272.942	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	779.660	838.726	927.503	1.013.162	1.186.600	1.227.122	1.292.187	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	773.646	836.488	937.744	1.010.684	1.193.017	1.227.253	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	778.029	837.591	935.677	1.008.846	1.192.718	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	753.092	837.981	928.114	1.000.783	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	756.800	840.124	928.188	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	759.105	835.581	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	787.380	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	787.380	835.581	928.188	1.000.783	1.192.718	1.227.253	1.292.187	1.272.942	1.400.709	1.488.232	1.537.085	12.963.058
Pagamentos de sinistros efetuados	(743.447)	(821.706)	(913.196)	(966.861)	(1.144.516)	(1.178.279)	(1.216.922)	(1.094.764)	(1.107.361)	(1.259.610)	(1.103.201)	(11.549.863)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativos e judicial)	**43.933**	**13.875**	**14.992**	**33.922**	**48.202**	**48.974**	**75.265**	**178.178**	**293.348**	**228.622**	**433.884**	**1.413.195**

Não foram considerados no desenvolvimento as operações de retrocessão de R$3.100.
O valor do resseguro da PSL monta R$5.698.

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios

	2017	2016
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	148.416	180.444
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	140.802	150.251
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	218.440	183.013
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	63.238	74.923

15 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. Não existem passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial os descritos abaixo, os quais estão provisionados.

As principais discussões são:

- INSS – Valor depositado judicialmente R$304.618 (R$269.429 em 2016) e valor provisionado - R$304.618: Discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro e previdência, instituída, inicialmente pela Lei Complementar nº 84/96, e após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.
- INSS – Valor provisionado R$48.959 (R$46.225 em 2016) – Autuações correspondentes ao período de 2005 a 2011 relativas a contribuição previdenciária (INSS) sobre aportes em planos de Previdência Privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas a incidência de tal tributação (R$32.420) e a multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes (R$16.539).

Em 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela MP nº 783/17, que prevê a liquidação por pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de dívidas vencidas até 30 de abril de 2017, resultando no efeito líquido negativo de R$38.577 no resultado. Em 24 de outubro de 2017 a MP nº 783/17 foi convertida na Lei nº 13.496/17 com alterações, porém, sem impactos relevantes para a Companhia.

ii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses (para ex-funcionários).

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Companhia não têm valores relevantes.

iii. Processos cíveis

As ações propostas referem-se a assuntos pertinentes à atividade comercial normal desenvolvida pela Companhia, sendo assuntos referentes à devolução de contribuições de planos previdenciários, à cobrança de benefícios e indenizações por danos morais.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 60 meses.

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**348.041**	**8.288**	**335.910**	**493**	**692.732**
Constituições líquidas de reversões e baixas	15.265	9.708	209.567	580	235.120
Pagamentos	-	(1.983)	(93.963)	-	(95.946)
Atualização monetária	23.902	-	-	-	23.902
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**387.208**	**16.013**	**451.514**	**1.073**	**855.808**
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Outras provisões**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**299.214**	**9.711**	**328.779**	**-**	**637.704**
Constituições líquidas de reversões e baixas	20.090	3.388	127.620	493	151.591
Reversões/Pagamentos	-	(4.811)	(120.489)	-	(125.300)
Atualização monetária	28.737	-	-	-	28.737
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**348.041**	**8.288**	**335.910**	**493**	**692.732**

b. Depósitos judiciais e fiscais

	2017	2016
INSS	304.618	269.429
Cíveis e trabalhistas	138.259	112.629
IR e CSLL	71.562	67.956
Sinistros	37.096	40.489
Outros	784	1.262
Total	**552.319**	**491.765**

16 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 175.225 (175.225 em dezembro de 2016) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	**2.799.206**	**3.123.364**
Constituição da reserva legal	(26.515)	(156.169)
Base de cálculo dos dividendos	**2.772.691**	**2.967.195**
Dividendos antecipados	1.540.000	2.100.000
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquidos dos impostos retidos na fonte)	-	97.750
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	**55,54%**	**74,07%**

b. Atos societários

Em 13 de abril de 2017, por meio de reunião de diretoria, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R$380.000 a Bradesco Seguros S.A., única acionista da sociedade oriundos do saldo da conta "Reserva Estatutária".

Em 28 de abril de 2017, foi deliberado a redução de capital no montante de R$307 passando de R$2.400.000 para R$2.399.693, mediante restituição à Bradesco Seguros S.A. com o investimento de propriedade da Companhia a valor contábil data-base 24.02.2017 relativo a 307.172 cotas representativas de 1,30% do capital da BSP Empreendimentos Imobiliários R21 Ltda. pelo valor de R$307.

Em 30 de junho de 2017 foi deliberado, por meio de reunião de Diretoria, a distribuição de dividendos a Bradesco Seguros S.A., oriundos do saldo da conta "Reservas estatutárias" no montante de R$730.000, dos quais houve o pagamento de R$20.000 em 30.06.2017 e o saldo remanescente a pagar até 31 de dezembro de 2017.

Em 15 de setembro de 2017, por meio de reunião de Diretoria, foi deliberado a distribuição de dividendos a Bradesco Seguros S.A., oriundos do saldo da conta "Reservas estatutárias" no montante de R$400.000, dos quais houve o pagamento na mesma data.

Em 27 de dezembro de 2017 foi deliberado, por meio de reunião de Diretoria, o pagamento de dividendos a Bradesco Seguros S.A., no montante de R$1.540.000.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal integralmente neste exercício, devido o limite ter atingido o limite de 20% do capital social conforme o artigo 193 da lei 6.404./76.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

17 Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 (alterada pelas Resoluções CNSP n° 343/16 e 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido contábil	**5.341.080**
Ajustes contábeis:	
(-) Despesas antecipadas	(2.017)
(-) Ativos intangíveis	(264.339)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.774.382
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	1.439.348
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**8.288.454**
Capital mínimo requirido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	**4.372.383**
Capital base (I)	**15.000**
Capital adicional com correlação (II) (1)	**4.372.383**
Capital adicional de risco de crédito	232.552
Capital adicional de risco de mercado	2.529.130
Capital adicional de risco de subscrição	2.641.041
Capital adicional de risco operacional	168.373
Efeito da correlação (benefícios)	(1.198.713)
Suficiência de capital (PLA - CMR)	**3.916.071**
Ativos líquidos	**40.359.071**
Suficiência dos Ativos Garantidores dos ativos líquidos (2)	**7.823.027**
Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de Índice de Liquidez (3)	**4.113.217**
Índice de Liquidez em relação ao CR (4)	**190%**

(1) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.

(2) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de Provisões Técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(3) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: situação caracterizada quando supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR obtido ao se desconsiderar, no calculo do capital do risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

(4) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.

18 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2017 foi de R$13.673 (R$5.505 em 2016), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R$111.637 (R$106.351 em 2016), sendo: benefícios concedidos R$54.205 (R$53.090 em 2016), benefícios a conceder R$57.432 (R$53.261 em 2016).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

19 Transações e saldos com partes relacionadas

	2017	2016
Ativo	**12.431.498**	**15.924.792**
Disponibilidades	**215.349**	**1.341**
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	215.349	1.341
Aplicações (a)	**12.133.566**	**15.840.953**
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	12.126.520	15.840.953
Fleury S.A. (empresa ligada)	7.046	-
Valores a receber	**81.685**	**81.884**
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	81.483	81.483
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	202	401
Cosseguro aceito	**898**	**614**
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	820	547
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada)	78	67
Passivo	**42.468**	**33.394**
Valores a pagar	**42.468**	**33.394**
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (b)	39.912	30.842
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (c)	2.550	2.550
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada)	6	2
Total (Ativo - Passivo)	**12.389.030**	**15.891.398**

	2017	2016
Receitas	**28.068**	**28.512**
Cosseguro aceito	**28.068**	**28.512**
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	28.068	28.512
Despesas	**(446.376)**	**(430.878)**
Recuperação de indenização de cosseguro aceito	**(25.641)**	**(27.001)**
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(25.641)	(27.001)
Prestação de Serviços de Custódia	**(37)**	**(35)**
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(37)	(35)
Despesas Administrativas (b)	**(309.386)**	**(283.381)**
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(308.930)	(283.265)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada)	(456)	(116)
Custo de aquisição/comissão	**(4.310)**	**(4.883)**
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(3.831)	(4.522)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda (empresa ligada)	(201)	(244)
Baneb Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada)	(278)	(117)
Despesas com aluguéis	**(6.300)**	**(5.718)**
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	(6.300)	(5.718)
Outras despesas	**(100.702)**	**(109.860)**
Europ Assistence do Brasil Serviços de Assistencia S.A. (empresa ligada) (d)	(61.488)	(70.854)
BSP Affinity Ltda (empresa ligada) (c)	(30.600)	(30.600)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços	(8.600)	(8.392)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(14)	(14)
Total (Receita - Despesa)	**(418.308)**	**(402.366)**

(a) Refere-se a operações compromissadas e aplicações em ações e Letras Financeiras.

(b) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros e Previdência;

(c) Consultoria comercial em seguros no desenvolvimento de produtos.

(d) Refere-se a serviços de assistência 24 horas.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
- Foi determinado o valor máximo de R$8.700 (R$7.200 em 2016), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R$9.000 (R$4.000 em 2016) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo à Administradores

	2017	2016
Proventos	8.584	6.299
Encargos sociais	1.931	1.417
Planos de previdência complementar de contribuição definida	9.000	3.304
Total	**19.515**	**11.020**

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b) Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4, tem como contra parte o Banco Bradesco S.A..

20 Principais ramos de atuação

	2017		
Ramos	**Prêmios Ganhos**	**Sinistralidade %**	**Comercialização %**
Seguros de pessoas	4.549.923	28,70	18,85
Previdência - risco	663.559	21,42	11,46
Total	**5.213.482**		
	2016		
Ramos	**Prêmios Ganhos**	**Sinistralidade %**	**Comercialização %**
Seguros de pessoas	4.221.730	38,10	18,06
Previdência - risco	733.253	10,79	10,16
Total	**4.954.983**		

21 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	2017	2016
Prêmios diretos	6.549.134	5.728.224
Contribuições de riscos	1.605.973	1.315.512
Prêmios cedidos cosseguros	(33.337)	(33.465)
Variações das provisões técnicas	(2.908.288)	(2.055.288)
Total	**5.213.482**	**4.954.983**

b. Sinistros ocorridos

	2017	2016
Sinistros	(1.574.180)	(1.584.032)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	197.723	(44.267)
Serviço de assistência	(61.488)	(68.824)
Recuperação de sinistros	(10.151)	9.392
Total	**(1.448.096)**	**(1.687.731)**

c. Custos de aquisição - Seguros e previdência

	2017	2016
Comissões e agenciamento - seguros	(896.642)	(828.829)
Comissões e agenciamento - previdência e VGBL	(74.994)	(178.969)
Despesas relacionadas a vendas	(27.057)	(36.467)
Despesas com encargos sociais	(13.658)	(19.442)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(37.689)	(8.790)
Recuperação de comissões	532	562
Total	**(1.049.508)**	**(1.071.935)**

d. Outras receitas e despesas operacionais - Vida

	2017	2016
Despesas com administração de apólice	(40.205)	(36.782)
Despesas com títulos de capitalização	(41.094)	(38.789)
Despesas com lucros atribuídos	(106)	(9.813)
Outras receitas e despesas operacionais	(31.542)	55.610
Provisão de processos judiciais cíveis	(1.307)	2.739
Despesas com encargos sociais	(300)	(438)
Provisão/reversão para risco de crédito	7.423	508
Total	**(107.131)**	**(26.965)**

continua

e. Resultado com operações de resseguro

	2017	2016
Prêmios resseguros cedidos	(13.786)	(18.568)
Variação da provisão IBNR – resseguro	(20.585)	10.788
Recuperação de indenização de resseguro	8.471	9.649
Variação da Provisão da PPNG	(1.195)	3.894
Provisão para riscos de crédito com resseguro	(772)	-
Variação das provisões técnicas - resseguro cedido	-	1
Total	**(27.867)**	**5.764**

f. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL

	2017	2016
VGBL	27.860.026	27.241.324
PGBL	3.017.687	2.022.075
Previdência	154.877	155.109
Total	**31.032.590**	**29.418.508**

g. Rendas com taxas de gestão

	2017	2016
VGBL	1.609.378	1.414.288
PGBL	286.849	284.599
Previdência	11.397	10.706
Total	**1.907.624**	**1.709.593**

h. Outras receitas e despesas operacionais – Previdência

	2017	2016
Provisão/reversão para riscos sobre outros créditos	(209.241)	167.149
Provisão de processos judiciais cíveis	(114.298)	(9.871)
Outras receitas e despesas operacionais	6.110	5.311
Total	**(317.429)**	**162.589**

i. Despesas administrativas

	2017	2016
Despesas com pessoal próprio:	**(325.358)**	**(271.967)**
Ordenados	(98.001)	(83.885)
INSS/FGTS	(39.091)	(31.923)
Planos de previdência privada	(13.673)	(5.505)
Honorários da administração	(8.365)	(6.989)
Programa de alimentação ao trabalhador	(6.414)	(5.833)
Despesas com vale-transporte	(1.359)	(1.287)
Outras	(158.455)	(136.545)
Despesas com localização e funcionamento	(180.596)	(153.402)
Despesas com serviços de terceiros	(151.621)	(155.755)
Despesas com donativos e contribuições	(53.679)	(41.938)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(31.362)	(38.146)
Despesas administrativas diversas	(27.104)	(9.491)
Total	**(769.720)**	**(670.699)**

j. Despesas com tributos

	2017	2016
Despesas com COFINS	(274.987)	(271.315)
Despesas com PIS	(44.685)	(44.127)
Despesas com ISS	(39.910)	(35.008)
Despesas com taxa de fiscalização	(4.340)	(4.604)
Outras despesas com tributos	(1.372)	(3.230)
Total	**(365.294)**	**(358.284)**

k. Resultado financeiro

	2017	2016
i. Receitas financeiras		
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores de planos de benefícios	15.152.874	17.130.856
Receitas com títulos de renda fixa	3.199.267	4.889.759
Outras receitas financeiras	83.560	120.192
Receitas com títulos de renda variável	3.615	7.719
Receitas com títulos de renda variável - juros ao capital próprio, dividendos e ações	357.573	554.231
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	29.374	39.768
Receitas com operações de seguros e resseguros	165	688
Total	**18.826.428**	**22.743.213**
ii. Despesas financeiras		
Atualização monetária - VGBL	(12.648.221)	(14.124.761)
Atualização monetária - planos previdência e PGBL	(3.569.306)	(5.356.558)
Despesas com operações com seguros e resseguros	(252.801)	(503.647)
Despesas com títulos de renda fixa	(245.626)	-
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais	(105.895)	(138.976)
Despesas com títulos de renda variável - ações	(86.064)	(134.000)
Atualização monetária de processos judiciais	(23.902)	(28.737)
Despesas com títulos de renda variável	(6.718)	-
Outras despesas de seguros	(578)	(821)
Redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	(3.168)	(15.112)
Total	**(16.942.279)**	**(20.302.612)**
Total	**1.884.149**	**2.440.601**

l. Imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias	206.371	(143.474)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.550.134)	(2.263.413)
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(2.343.763)**	**(2.406.887)**

22 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Resultado antes de impostos e participações	**5.148.726**	**5.535.164**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente (1)	(2.316.927)	(2.490.824)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no lucro	2.591	2.211
Juros sobre capital próprio	-	51.750
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis:	**(53.615)**	**27.039**
- Doações e patrocínios	(25.781)	(23.230)
- Contribuições para entidade de classe	(68)	(139)
- Dividendos	6.204	8.728
- Outros	(33.970)	41.680
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	24.188	2.937
Imposto de renda e contribuição social no exercício	**(2.343.763)**	**(2.406.887)**
Alíquota efetiva	45,52%	43,48%

(1) Refere-se a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação a alíquota de 20% demonstrada.

23 Informações complementares

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 6 de fevereiro de 2018, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico.

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser - Diretor-Geral
Marco Antonio Gonçalves - Diretor-Gerente
Ivan Luiz Gontijo Júnior - Diretor-Gerente
Jair de Almeida Lacerda Júnior - Diretor-Gerente
Curt Cortese Zimmermann - Diretor-Gerente
Alexandre Nogueira da Silva - Diretor

Claudio Frota Leão Feitosa - Diretor
Eugênio Liberatori Velasques - Diretor[1]
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - Diretor
Juliano Ribeiro Marcílio - Diretor
Vinicius Marinho da Cruz - Diretor

Bernardo Ferreira Castello
Atuário - MIBA 1717

João Batista Zorzete
Contador - CRC 1SP248285/O-9

(1) Na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de janeiro de 2018, foi registrado o pedido de renúncia do diretor Eugênio Liberatori Velasques, bem como a designação de suas atividades entre os demais diretores da Companhia perante a SUSEP.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Vida e Previdência S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Acionistas da
Bradesco Vida e Previdência S.A.
Barueri – SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Bradesco Vida e Previdência S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos e FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Barueri, 26 de fevereiro de 2018.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edífico EZ Towers, torre A. 04711-904 - São Paulo – SP – Brasil

Anexo I
Bradesco Vida e Previdência S.A. *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	**31/12/2017**
Total de provisões técnicas	**210.425.909**
Total de provisões técnicas auditadas	**210.425.909**
Total de ativos de resseguro	**23.392**
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2017**
Provisões Técnicas (a)	**210.425.909**
Valores redutores (b)	9.867
Total a ser coberto (a-b)	**210.416.042**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2017**
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	4.372.383
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**4.372.383**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2017**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	8.288.454
Exigência de Capital (CMR) (b)	4.372.383
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**3.916.071**
Ativos Garantidores (d)	218.239.069
Total a ser Coberto (e)	210.416.042
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**7.823.027**
Ativos Líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas (g)	7.823.027
Capital de Risco (CR) (h)	4.113.215
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	**190%**

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP e Previdência)	**31/12/2017**
0929, 0936, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0991, 0993, 1329, 1336, 1369, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1390, 1391, 1601	23.527
Coberturas de morte e invalidez de previdência	21.886